

Relatório da CPA 2005-2008

INSTITUTO PARAÍBA DE EDUCAÇÃO E CULTURA - IPEC

João Pessoa/PB

1. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

DADOS DA MANTENEDORA

I – Identificação

Nome: Associação Unificada Paulista de Ensino Renovado Objetivo – ASSUPERO

Endereço: Av. Paulista, nº 900 – Bela Vista – São Paulo/SP

Fone: (11) 3170-3700

Fax: (11) 3170-3700

E-mail: assuperodpe@yahoo.com.br

II -Personalidade Jurídica

A Associação Unificada Paulista de Ensino Renovado Objetivo – ASSUPERO, pessoa jurídica de direito privado devidamente cadastrada no CGC do MF sob o nº 06.099.229/0001-01, com sede na Avenida Paulista, nº 900, Bela Vista, São Paulo-SP, é uma entidade mantenedora sem fins lucrativos, com registro de seus Estatutos no 4º Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da cidade de São Paulo, em 21 de setembro de 1971, sob nº 45353.

III - Presidente

Rudge Allegretti

RG: 2485.812 - SSP-SP CPF: 034.886.328-49

DADOS DA INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

I - Identificação

Instituto Paraíba de Educação e Cultura – IPEC, credenciado pela Portaria MEC nº 3736 publicada em 23/12/2002, possuindo os seguintes cursos autorizados: Administração com habilitação em Administração de Empresas, Administração com habilitação em Comércio Exterior, Administração com habilitação em Gestão de Sistemas de Informação, Administração com habilitação em Marketing, Administração com habilitação em Recursos Humanos, Ciência Contábeis, Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda, Turismo e Direito. Funciona atualmente na Rua Manoel Gualberto, nº 255, em João Pessoa/PB.

Composição Inicial da Comissão Própria de Avaliação (CPA):

Nome	Segmento representado
Telma Sueli de Oliveira Porto	Coordenador
Ernesto Batista Mané	Corpo Docente
Luiz Alberto de Souza Paiva	Corpo Discente

Ato de designação da CPA: Portaria nº 01/2005 do Diretor do IPEC, em 03/08/2005

Período de mandato da CPA: Dois anos a partir da data da Portaria

2. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este relatório descreve as ações promovidas pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) desta Instituição de Educação Superior (IES), constantes da Proposta de Avaliação Interna (PAI) encaminhada ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), compreendendo o período de março a dezembro de 2005, em conformidade com o seu cronograma.

Este documento vincula-se ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que define como elementos constitutivos avaliação institucional (interna e externa), avaliação dos cursos de graduação e avaliação do desempenho dos estudantes.

Com finalidade construtiva e formativa, o SINAES busca ser permanente e envolver toda a comunidade acadêmica, desenvolvendo a cultura de avaliação na IES. Em decorrência deste envolvimento da comunidade como sujeitos da avaliação, todos passam a ficar comprometidos com as transformações e mudanças no patamar de qualidade.

Considera o conjunto de princípios, diretrizes e dimensões do SINAES, dentre eles, destacamos os seguintes:

Princípios:

- melhoria da qualidade da educação superior;
- responsabilidade social; e
- orientação da expansão da sua oferta.

Diretrizes:

- aumento permanente de sua eficácia institucional;
- efetividade acadêmica e social;
- promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais;
- valorização de sua missão pública;
- promoção dos valores democráticos;
- respeito à diferença e à diversidade; e
- afirmação da autonomia e da identidade institucional.

Dimensões:

- a missão e o plano de desenvolvimento institucional;
- a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, às bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;

- a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;
- a comunicação com a sociedade;
- as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;
- organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;
- infra-estrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recurso de informação e comunicação;
- planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional;
- políticas de atendimento ao estudante; e
- sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

Podemos afirmar que os resultados da auto-avaliação possibilitam traçar um panorama da qualidade dos cursos oferecidos, bem como analisar se sua missão está de fato se realizando, visando a tomar decisões, tendo em vista o aperfeiçoamento da IES como um todo.

Partimos do pressuposto de que a avaliação é uma leitura orientada da realidade, segundo critérios pré-estabelecidos, de acordo com nossos padrões de qualidade. Dessa forma, acreditamos que a finalidade última da avaliação não seja classificar, nem tão pouco selecionar e excluir, mas que os resultados possam ser analisados a fim de que sejam propostos caminhos, metas, estratégias que vão ao encontro de nossas intenções educativas e responsabilidades sociais.

Nossa proposição de auto-avaliação se justifica e se transforma em uma necessidade por ser um direito da população, distinguindo-se, assim, da proposição de um Estado avaliador. De modo que não interessa apenas ao Estado, mas muito mais à população e, para tanto, deve se constituir em compromisso da IES e dos intelectuais que a compõem, ultrapassar a crítica e construir uma avaliação concernente com os ideais de uma sociedade justa e democrática. Neste sentido, avaliação identifica um cenário aferindo qualidade.

A auto-avaliação institucional, realizada de forma permanente e com resultados a serem apresentados a cada três anos, avalia todos os aspectos que giram em torno desses eixos: a formação acadêmica, a responsabilidade social, o desempenho dos alunos, a gestão da instituição, o corpo docente, as instalações e várias outras categorias e conjunto de indicadores. As informações obtidas com esta modalidade avaliatória serão utilizadas pela IES para orientação da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social; para orientar sua política acadêmica e de gestão e para desvelar a realidade dos cursos e da própria Instituição.

Este relatório evidencia que o processo avaliativo está comprometido com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), estando

direcionado para a melhoria da qualidade da formação acadêmica, levando em conta todas as variáveis relacionadas ao bom andamento desta IES.

A CPA foi instituída nesta IES com o principal objetivo de promover a melhoria do ensino e da aprendizagem, usando a avaliação como agente modificador, sem desconsiderar a sua missão, o seu propósito e suas metas, que estabelecem preocupação constante com a formação integral do ser humano com ênfase no exercício pleno da cidadania.

O IPEC formulou como **missão** investir em um processo de ensino e aprendizagem que capacite os seus egressos a atenderem às necessidades e expectativas do mercado de trabalho e da sociedade, de modo a formular, sistematizar e socializar conhecimentos em suas áreas de competência, integrado à pesquisa e à extensão, promovendo a educação superior visando à formação de sujeitos empreendedores e comprometidos com o autoconhecimento, a transformação social, cultural, política e econômica do Estado e da região.

O IPEC entende que deve orientar e desenvolver iniciativas que aumentem a qualidade do Ensino e com ela a formação de sujeitos responsáveis, comprometidos com o seu autodesenvolvimento e com o progresso da sociedade. Para tanto, partilha essa responsabilidade com os ingressos, egressos e com as organizações locais. Nesse sentido, a Instituição objetiva ser *locus* de referência no Estado, assumindo o compromisso institucional de promover o desenvolvimento educacional da região e participar da inserção dos egressos no mercado de trabalho. A Instituição entende que, na interação dinâmica com a sociedade, em geral, e com o mercado de trabalho, em particular, define os seus campos de atuação acadêmica presentes e futuros.

Reconhecendo a crescente importância do conhecimento para a formação de sujeitos e para o processo de desenvolvimento da sociedade, o IPEC pretende produzi-lo articulando o ensino com a pesquisa a partir da análise da realidade social, econômica, política e cultural local, buscando compreender melhor e mais profundamente a realidade que seu egresso irá contribuir para transformar. Neste sentido, esta Instituição tem como diretriz uma formação que combine e equilibre o desenvolvimento técnico e humanístico e que promova a visão sistêmica do estudante.

Não obstante, o processo de formação do profissional deve abranger uma série de compromissos com a realidade social enquanto sujeito participe de sua construção qualitativa, ao mesmo tempo em que assumirá o exercício profissional na direção da resolução dos problemas da região e do País.

Para realizar essa missão, a Instituição também parte da necessidade de que, enquanto agência promotora de educação superior, deva ser possuidora de uma política de graduação teoricamente rigorosa, sólida e articulada organicamente a um projeto de sociedade e de educação.

Conforme consta de seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Instituto Paraíba de Educação e Cultura - IPEC tem como objetivos principais, entre outros:

- o conhecimento da realidade regional e dos seus condicionantes histórico-político-sociais;

- a formação de profissionais competentes para atuar responsabilmente sobre essa realidade;
- o compromisso com as necessidades e os interesses básicos da comunidade;
- a articulação entre as atividades de ensino, pesquisa, extensão;
- a revisão periódica e fundamentada dos projetos pedagógicos dos cursos que oferece, de modo a contribuir para a realização dos projetos educacionais dos estudantes; responder às mudanças ocorridas na sociedade, e contribuir para o desenvolvimento curricular perante às diretrizes, desafios e avanços didático-pedagógicos;
- a busca permanente da articulação entre as dimensões das unidades, teóricas e práticas, o que pressupõe uma ênfase na aprendizagem, na transformação de professores em orientadores e de estudantes em profissionais.

Acreditamos que a avaliação seja um instrumento de mudança de cultura da IES – cultura entendida aqui como uma teia de significados construída pelo homem.

Além de intervenção política, ética e pedagógica visando à apuração detalhada da realidade, é também um processo de reflexão sistemática, metódica, organizada e intencional, que permite à IES voltar-se a si mesma na busca da qualidade da Educação e tornar-se mais transparente e comprometida com as transformações sociais. Tal avaliação sistemática não poderá se transformar em apenas mais um objeto de estudo acadêmico, mas deverá usar a comunicação como instrumento para socializar os problemas e os desafios, assim como propor as intervenções necessárias.

Assim sendo, a avaliação institucional pode ser visualizada como afirmação duradoura em busca de uma qualidade compatível com a filosofia institucional e a realidade social.

Lembramos, ainda, que a avaliação não é somente uma dinâmica de conhecimento de determinados aspectos selecionados, mas, sobretudo, um esforço coletivo de compreensão do todo, por meio da articulação das diversas dimensões da Instituição e da construção da integração onde esta não exista.

Portanto, importa um trabalho de participação de todos os segmentos da IES de modo a responder: Quem somos? Como estão nossos cursos? O que pretendemos para a nossa Instituição? Qual a nossa responsabilidade social?

Entendemos que a avaliação não é uma atividade meramente técnica, cuja principal questão seja a formulação de metodologias e técnicas adequadas. A questão primeira de um processo de avaliação encontra-se na sua concepção e nas suas finalidades. No entanto, entendemos que os procedimentos metodológicos espelham certa concepção de avaliação. A metodologia da avaliação é capaz de desencadear um processo democrático e participativo se seus procedimentos e instrumentos concorrerem para tal. Sendo assim, o conceito de avaliação assumido pela IES se insere no marco teórico e referencial dessa proposta.

A avaliação institucional, cuja finalidade é a transformação da realidade e não a criação de *rankings*, *preocupa-se* em proporcionar uma salutar conscientização da instituição sobre si mesma. Tratando-se de avaliação institucional, o processo avaliativo deve auxiliar a instituição a desenvolver seu projeto pedagógico.

Sabemos que a avaliação institucional é parte integrante do projeto pedagógico da IES, ao mesmo tempo em que este se constitui como objeto da avaliação. Para tanto, a Missão, o PPI e o PDI são marcos referenciais necessários ao processo de avaliação.

O processo de avaliação institucional se desenvolveu a partir do processo de sensibilização de seus vários segmentos, aperfeiçoando-se e impondo-se pela sua legitimidade, justiça e adequação das ações produzidas, as quais se traduziram em alto aceitável grau de credibilidade junto à comunidade interna e à sociedade em geral.

Para acompanhar e dar cumprimento às recomendações do Ministério da Educação, foi vinculado ao cotidiano da área pedagógica um setor dedicado especificamente à avaliação – a Comissão Própria de Avaliação.

Existindo em caráter permanente um setor de avaliação com levantamento atualizado dos diversos segmentos pedagógicos, em muito é beneficiada a Instituição por poder dispor de um eficaz acompanhamento do processo da melhoria da qualidade dos serviços prestados à comunidade.

Inicialmente, este setor procurou sensibilizar e conscientizar a comunidade acadêmica para a importância da coleta de dados referentes ao docente, ao discente, ao integrante do corpo técnico-administrativo, às condições de infra-estrutura física, à oferta dos cursos oferecidos e ao funcionamento da biblioteca, os quais precisavam ser mensurados para posterior comparabilidade, sempre sob um ponto de vista dinâmico e em permanente atualização.

A partir da discussão sobre as especificidades de uma instituição acadêmica com múltiplas funções, foi implementado um processo de avaliação caracterizado pela intensa participação de seus membros, tanto na decisão de proceder à avaliação e na identificação dos critérios e procedimentos, quanto na utilização dos seus resultados, buscando caminhos para as transformações necessárias.

Partindo desse pressuposto, cabe ressaltar que este processo avaliativo fundamentou-se nos seguintes princípios:

- globalidade;
- comparabilidade;
- respeito à identidade institucional;
- não-premiação e não-punição;
- adesão voluntária;
- legitimidade; e
- continuidade.

O princípio da globalidade destaca a importância da avaliação integral da Instituição, incluindo todas as atividades acadêmicas e administrativas, tendo como premissa os enfoques presentes na educação superior.

O princípio da comparabilidade recomenda o completo entendimento dos termos adotados na avaliação institucional, devendo ser os mesmos validados em processos semelhantes em outras IES.

O princípio da identidade institucional é o respeito às características específicas da Instituição.

O princípio da não punição ou não premiação fundamenta-se no pressuposto de que o processo de avaliação não deve estar vinculado a mecanismos de punição ou premiação. Avaliar é um processo contínuo e sistemático que serve para firmar valores. A intenção, ao tratar da afirmação de valores, é mostrar que há na avaliação uma função educativa que em muito sobrepuja a questão do punir ou do premiar. Ademais, é esta função educativa que conduz à consolidação da cultura da avaliação.

A adesão voluntária ao processo de avaliação institucional baseia-se no princípio de que o referido processo só logra êxito se for coletivamente construído e se puder contar com a participação dos seus membros, tanto nos procedimentos quanto na utilização dos resultados, expressando, assim, a vontade política da IES.

A legitimidade do processo de avaliação será garantida pelo gerenciamento técnico adequado.

Um processo de avaliação, além de conter os princípios já apontados, deve ser permanente. A continuidade permitirá a comparabilidade dos dados de um determinado momento a outro, revelando o grau de eficácia das medidas adotadas a partir dos resultados obtidos.

O objetivo maior dessa avaliação interna foi a implementação das relações institucionais, de modo a permitir a utilização plena do potencial da Instituição e fortalecer sua ação educativa, científica e social.

Por tudo isso, o processo de avaliação instituído enseja a contínua reciclagem do Projeto Pedagógico Institucional, permitindo a correção de rotas, reordenando, consolidando e reformulando suas estratégias e formas de atuação.

O sistema de avaliação institucional da IES preconiza um modelo de avaliação que leva em consideração:

- a auto-avaliação;
- a avaliação externa (realizada pelo INEP);
- as avaliações de cursos (realizadas pelo INEP);
- os resultados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE, realizado pelo INEP); e
- a análise global dos indicadores e desempenhos.

O Programa de Avaliação Institucional adota as funções formativa e somativa, consideradas de fundamental importância no processo avaliativo.

Esta IES considera os resultados aferidos na Avaliação Institucional para elaborar o programa de capacitação e qualificação dos seus docentes e do corpo técnico-administrativo, em busca do aprimoramento contínuo no tocante às funções didático- pedagógicas e de gestão.

Objetivos Centrais da Avaliação

- avaliar a Instituição como uma totalidade integrada que permite a auto-análise valorativa da coerência entre a missão e as políticas institucionais efetivamente realizadas, visando à melhoria da qualidade acadêmica e o desenvolvimento institucional; e
- privilegiar o conceito da auto-avaliação e sua prática educativa para gerar, nos membros da comunidade acadêmica, consciência de suas próprias qualidades, problemas e desafios para o presente e o futuro, estabelecendo mecanismos institucionalizados e participativos para a sua realização.

Objetivos Operacionais da Avaliação

- gerar conhecimento para a tomada de decisão dos dirigentes da Instituição em relação à melhoria contínua da qualidade dos serviços de educação superior ofertados;
- pôr em questão os sentidos do conjunto de atividades e finalidades cumpridas pela Instituição;
- identificar as potencialidades da Instituição e as possíveis causas dos seus problemas e pontos fracos;
- aumentar a consciência pedagógica e capacidade profissional do corpo docente e técnico-administrativo;
- fortalecer as relações de cooperação entre os diversos atores institucionais;
- tornar mais efetiva a vinculação da Instituição com a comunidade;
- julgar acerca da relevância científica e social de suas atividades e produtos; e
- prestar contas à sociedade sobre os serviços desenvolvidos.

Estes objetivos permitem à IES:

- conhecer-se, enquanto instituição (autoconhecimento institucional), para ciência de sua própria realidade detectando seus pontos fracos e fortes;
- colher dados e analisá-los para a orientação na tomada de decisões, visando à melhoria da qualidade de cursos e das atividades desenvolvidas nos projetos de ensino, pesquisa e extensão; e
- realizar, permanentemente, um diagnóstico de cada curso, visando a identificação de seus problemas e de possíveis mudanças e inovações exigidas pelo mercado de trabalho.

São as seguintes as fases metodológicas assumidas pela CPA na implementação da proposta de auto-avaliação:

1. Sensibilização.
2. Diagnóstico.
3. Avaliação interna.
4. Relatório final.
5. Divulgação.
6. Avaliação externa.

7. Balanço crítico: consolidação.

A avaliação interna, além do caráter qualitativo, adotou a perspectiva quantitativa, optando pela combinação dos métodos e técnicas que mais se coadunam com as características da Instituição e utilizando-se de uma avaliação diagnóstica formativa. Foram utilizados instrumentos de pesquisa (questionários e pesquisa documental) que possibilitaram traçar o diagnóstico da Instituição e avaliar sua qualidade acadêmica, relevância social e eficiência gerencial e organizacional.

O documento *Orientações Gerais para o Roteiro da Auto-Avaliação das Instituições*, da CONAES e divulgado pelo INEP, serviu de base para a elaboração da proposta de auto-avaliação, bem como para a sua implementação.

Foram aplicados, ainda, as técnicas e os instrumentos de coleta de dados, apresentados no quadro abaixo, envolvendo todos os segmentos (docentes, discentes, dirigentes, técnico-administrativos e egressos) da IES, assim como representantes da sociedade/comunidade.

TÉCNICAS	INSTRUMENTOS
Análise Documental	Planilha com indicadores
Entrevista Estruturada	Formulário
Questionário	Formulário

O método utilizado foi o descritivo exploratório com destaque para os pontos convergentes e divergentes expressos pelas técnicas e instrumentos de coleta de dados e informações, compreendendo todos os sujeitos históricos envolvidos no processo de avaliação.

Cronograma da Proposta de Avaliação Institucional (PAI)

A implementação da Proposta de Avaliação Institucional (auto-avaliação e avaliação externa) obedece ao seguinte cronograma:

ESPECIFICAÇÃO													
	2005	2006				2007				2008			
		1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
Etapa de Preparação													
Constituição/instalação CPA													
Elaboração/aprovação da Proposta de Aval. Institucional													
Aprovação das metodologias													

Aprovação indicadores / padrões														
Aprovação instrumentos / procedimentos														
Sensibilização														
Etapa de Desenvolvimento:														
▪ Missão e PDI														
▪ Ensino / graduação														
▪ Ensino / pós-graduação														
▪ Pesquisa														
▪ Extensão														
▪ Responsabilidade social														
▪ Comunicação com a sociedade														
▪ Políticas de pessoal														
▪ Organização e gestão														
▪ Infra-estrutura														
▪ Planejamento e avaliação														
▪ Atendimento ao estudante														
▪ Sustentabilidade financeira														
▪ Avaliação por pares externos														
Etapa de Consolidação:														
Relatório														
▪ Divulgação														
▪ Balanço crítico														
Análise e avaliação do processo														
Revisão/atualização do Processo de Avaliação Institucional														

3. DESENVOLVIMENTO

3.1 – Sensibilização

Com a finalidade de buscar o comprometimento da comunidade acadêmica com o processo de avaliação institucional, foram realizadas reuniões com os corpos diretivo, técnico-administrativo, docente e discente, além de egressos e representantes da comunidade. Tais encontros serviram não somente para o estabelecimento da cultura da avaliação institucional, mas também para que fossem discutidas e incorporadas as sugestões advindas dos participantes, bem como e para apresentação e discussão da forma de realização da avaliação.

Sensibilizar a comunidade acadêmica sobre a importância do caráter participativo do processo e, com isso, conquistar a adesão de todos envolvidos, foi um dos principais objetivos desta etapa. O estímulo à participação dos sujeitos foi concretizado por meio das seguintes atividades:

- elaboração de cartazes, estrategicamente dispostos nas áreas de maior circulação dentro da Instituição;
- reuniões com os líderes de turma do corpo discente;
- reuniões com o corpo docente, tanto geral como por meio do colegiado do curso;
- e-mail para os docentes;
- carta dirigida ao corpo docente;
- e-mail para os funcionários técnico-administrativos; e
- carta para os funcionários técnico-administrativos.

3.2 – Diagnóstico

O objetivo do diagnóstico foi, a partir de indicadores pré-estabelecidos, reunir informações necessárias para descrever e avaliar a realidade institucional em um determinado momento. Fizeram parte desta etapa:

- Estabelecimento de indicadores de desempenho global (referentes à instituição – assim como os das condições do ensino);
- Definição de relatório padronizado para realização do diagnóstico;
- Levantamento das informações institucionais e das condições de ensino;
- Análise das informações levantadas, identificando forças, fraquezas, oportunidades e ameaças.

3.3 – Avaliação Interna

A avaliação interna é um processo contínuo por meio do qual a Instituição constrói conhecimento sobre sua própria realidade, buscando compreender os significados do conjunto de suas atividades para melhorar a qualidade educativa e alcançar maior relevância social. Para tanto, sistematizou informações, analisou coletivamente os significados de suas realizações, desvendou formas de organização, administração e ação, identificou pontos fracos, bem como pontos fortes e potencialidades, e estabeleceu estratégias de superação de problemas.

A avaliação interna ou auto-avaliação é, portanto, um processo cíclico, criativo e renovador, de análise, interpretação e síntese das dimensões que definem a Instituição.

Esta fase intitula-se “interna” por compreender ações desenvolvidas por agentes internos à própria Instituição, portanto uma fase de autocrítica, com os desdobramentos necessários que tal exercício avaliativo pode proporcionar.

O desenvolvimento da auto-avaliação compreendeu:

- a definição de reuniões sistemáticas de trabalho;
- a definição da composição dos grupos de trabalho, atendendo aos principais segmentos da comunidade acadêmica (avaliação de egressos e/ou dos docentes, estudo de evasão etc.);
- a definição das condições materiais para o desenvolvimento do trabalho (espaço físico, docentes e técnicos com horas de trabalho dedicadas a esta tarefa e outros);
- a realização de reuniões ou debates de sensibilização;
- a sistematização de demandas/idéias/sugestões oriundas destas reuniões;
- a realização de seminários internos para apresentação do SINAES e da proposta do processo de avaliação interna da IES, discussões internas e apresentação das sistematizações dos resultados, entre outros;
- a construção de instrumentos para coleta de dados (entrevistas, questionários, grupos focais e outros);
- a definição da metodologia de análise e interpretação dos dados;
- a definição de formato do relatório de auto-avaliação;
- a elaboração de relatórios; e
- a fase de discussão dos resultados com a comunidade acadêmica e de publicação das experiências ainda será realizada no início de 2006.

3.4 – Relatório Final

Este relatório da avaliação interna expressa os resultados do diagnóstico realizado através da análise das dimensões e dos instrumentos de pesquisa aplicados junto à comunidade acadêmica.

Ao incorporar os resultados das avaliações dos cursos e do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), o relatório estará pronto para discussão com a comunidade acadêmica e a sociedade, e para ser colocado à disposição de especialistas da avaliação externa.

3.5 – Divulgação

Como continuidade do processo de avaliação interna, a divulgação dos resultados propiciará a apresentação pública e a discussão dos resultados alcançados nas etapas anteriores. Para tanto, serão utilizados diversos meios, tais como: reuniões, documentos informativos (impressos e eletrônicos), seminários e outros. A divulgação propiciará, ainda, oportunidades para que as ações concretas oriundas dos resultados do processo avaliativo sejam informadas à comunidade interna.

3.6 – Avaliação Externa

A avaliação externa é a outra dimensão essencial da avaliação institucional. A apreciação de comissões de especialistas externos à Instituição, além de contribuir para o autoconhecimento e aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas pela IES, também traz subsídios importantes para a regulação e a formulação de políticas educacionais. Mediante análises documentais, visitas *in loco*, interlocução com membros dos diferentes segmentos da Instituição e da comunidade local ou regional, as comissões externas ajudarão a identificar acertos e equívocos da avaliação interna, apontarão fortalezas e debilidades institucionais e apresentarão críticas e sugestões de melhoramento ou mesmo de providências a serem tomadas.

A comissão de avaliadores externos deverá ter acesso aos documentos e às instalações da Instituição com o objetivo de obter informações adicionais para que o processo seja o mais completo, rigoroso e democrático possível. Na elaboração do seu relatório, a comissão considerará o relatório de auto-avaliação e outras informações da IES oriundas de outros processos avaliativos (dados derivados do Censo e Cadastros da Educação Superior, do ENADE, da Avaliação das Condições de Ensino, de Relatórios CAPES, Currículos Lattes etc.), bem como entrevistas e outras atividades realizadas.

Todos os trabalhos da auto-avaliação, juntamente com seu relatório final, serão colocados à disposição de uma equipe de examinadores externos, de alta qualificação técnica e comprovada experiência em avaliação da educação superior, que possa observar, criticamente, os procedimentos e métodos, as conclusões e as orientações da auto-avaliação.

A análise de avaliadores externos é de extrema importância para a IES, sobretudo porque a auto-avaliação ensejará, possivelmente, reorientação de rumos, o que precisa ser realizado com isenção, uma vez que qualquer erro de decisão poderá comprometer o futuro da Instituição. Decisões corporativas são naturais em qualquer instituição e nem sempre vão ao encontro dos anseios da sociedade.

3.7 – Balanço Crítico: Consolidação

Ao final do processo de auto-avaliação, é necessária uma reflexão sobre ele, visando à sua continuidade. Assim, uma análise das estratégias utilizadas, das dificuldades e dos avanços apresentados permitirá planejar ações futuras.

Deste modo, o processo de auto-avaliação proporcionará não só o autoconhecimento institucional, o que em si é de grande valor para a IES, como será um balizador da avaliação externa, prevista no SINAES como a próxima etapa da avaliação institucional.

A proposta de avaliação institucional interna desta IES prevê a realização de diversas ações relacionadas à auto-avaliação, distribuídas nas seguintes etapas:

1. Preparação.
2. Desenvolvimento.

3. Consolidação.

Do conjunto de ações planejadas, demonstradas no quadro na página seguinte, esta IES já realizou todas as ações programadas nas etapas de preparação e desenvolvimento. Encontra-se, neste momento, desenvolvendo as ações que integram a etapa de consolidação.

Quadro de Ações Planejadas para o Processo de Avaliação Institucional (PAI)

Período: março de 2005 a dezembro de 2008

Ações programadas na proposta	Ações realizadas	Resultados alcançados		Observações
		Fragilidades	Potencialidades	
Etapa de Preparação	<ul style="list-style-type: none"> - Constituição/Instalação da CPA. - Elaboração/Aprovação da Proposta de Avaliação Institucional Interna - Aprovação da metodologia, das técnicas e dos instrumentos. - Sensibilização do Corpo Social. - Promoção de estudos e eventos sobre o SINAES. - Participação em seminários sobre avaliação. 	<ul style="list-style-type: none"> - Pouca cultura de avaliação. - Desconhecimento do SINAES. 	<ul style="list-style-type: none"> - CPA atuante e corpo social participante e sensibilizado. 	<ul style="list-style-type: none"> - Todas as ações realizadas plenamente.
Etapa de Desenvolvimento	<ul style="list-style-type: none"> - Definir e acompanhar indicadores acadêmicos e administrativos. - Promover a coleta, organização, processamento de dados e informações. - Elaboração e aplicação dos instrumentos de coleta de dados para graduação, pós-graduação, extensão e setores administrativos. - Produção de relatórios preliminares para análise dos dados e informações alcançados por área. 	<ul style="list-style-type: none"> - Definição de indicadores. - Elaboração de instrumentos diversificados e abrangentes. - Consolidação de deferentes informações e dados. 	<ul style="list-style-type: none"> - CPA atuante e corpo social participante e sensibilizado, possibilitando processo de trabalho coletivo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Todas ações plenamente realizadas.
Etapa de Consolidação	<ul style="list-style-type: none"> - Elaboração do 1º Relatório. - Divulgação dos primeiros resultados. - Análise e avaliação do processo. - Revisão/atualização da Proposta de Avaliação Institucional. 	<ul style="list-style-type: none"> - Não foram identificadas fragilidades. 	<ul style="list-style-type: none"> CPA realizando suas atribuições com a participação da comunidade acadêmica. 	<ul style="list-style-type: none"> Segunda, terceira e quarta ações ainda não realizadas.

4. DIMENSÕES DO SINAES E A AUTO-AVALIAÇÃO DA IES: REALIDADE DESVELADA

4.1 – A missão e o plano de desenvolvimento institucional

A missão da IES compreende um processo de investimento no ensino e aprendizagem capaz de fazer com que seus egressos possam atender às exigências do mercado. Também tem como objetivo orientar e desenvolver iniciativas que aumentem a qualidade do ensino e, como conseqüência, a formação de sujeitos responsáveis e comprometidos com seu auto-desenvolvimento e com o progresso social. Outra preocupação da IES é a de contrabalançar o desenvolvimento técnico e o humanístico na formação dos alunos, empregando assim, uma visão sistêmica do estudante, em harmonia com o intuito de tornar-se uma Instituição de referência no Estado e na região.

A IES, comprometida com a sua missão, está constantemente em busca de ações que resultem em melhorias tanto no processo de ensino-aprendizagem, quanto nos aspectos mais relevantes da realidade social em que está inserida. Dessa forma, procura-se cumprir a missão institucional com a máxima integridade possível, partilhando esta responsabilidade com os alunos ingressantes e egressos e com as demais organizações locais, seja buscando opiniões e sugestões, nos dois primeiros casos, ou parcerias, no segundo.

4.2 – A política para o ensino, pesquisa, pós-graduação e extensão e suas respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades.

Ensino, pesquisa, extensão e pós-graduação possuem políticas definidas no Plano de Desenvolvimento Institucional e, nos casos do ensino de graduação, da pesquisa e da extensão, regulamentadas no Regimento da Instituição.

A Instituição reconhece, por meio de seu PDI, o “compromisso de integrar o ensino com a pesquisa e promover a extensão, com a intenção de formar sujeitos autônomos e responsáveis e profissionais competentes para responder aos desafios da realidade atual”. Contudo, os anos recentes trouxeram profundas alterações no ensino superior brasileiro em geral, resultantes tanto de alterações socioeconômicas e culturais do País e do mundo, quanto das várias resoluções baixadas pelo Ministério da Educação. Assim sendo a IES entende ser necessária uma análise mais detida dos seus resultados até o momento antes de implementar programas de pesquisa mais sofisticados. Para tanto, será de fundamental importância o Processo de Auto-avaliação Institucional ora em curso, tanto por suas premissas quanto pelo seu ineditismo no histórico da Instituição.

Ademais, é fato que a sustentabilidade de determinados programas de pesquisa está inapelavelmente condicionada à existência de programas de pós-graduação consistentes e consolidados, forma de ensino que, como se vê mais abaixo, ainda pertence ao futuro da Instituição.

Tal fato não impede, porém, que seja implementada uma política de incentivo à participação de docentes e alunos em eventos de natureza acadêmica, sendo que, mediante a apresentação de um projeto científico a ser aprovado pelo Conselho Acadêmico, podem ser concedidos auxílios que vão desde, no caso de docentes, pagamento das horas

correspondentes, ao custeio de alimentação, transporte e estadia, no caso de eventos realizados fora do limite territorial de atuação da IES.

Estão previstas no PDI, também, as bolsas de monitoria, que representam um desconto de 25% na mensalidade dos alunos regulares julgados aptos por uma comissão específica a auxiliarem nas atividades acadêmicas, naturalmente sob orientação de um professor. O exercício da monitoria não representa vínculo empregatício com a Instituição, mas é levado em consideração para fins de ingresso no magistério superior.

Com relação à extensão, a Instituição procura esforçar-se para oferecer cursos e palestras abertas de interesse para a comunidade, cumprindo assim com sua responsabilidade social.

As políticas de pós-graduação não foram objeto de avaliação por encontrar-se a Instituição no momento inteiramente voltada para a consolidação de seus cursos e programas de graduação e extensão.

De acordo com seu planejamento, uma vez reconhecida em sua área de atuação e influência como uma referência no ensino superior, a oferta de programas de pós-graduação será uma evolução natural do ciclo de vida da Instituição e “terão o objetivo de contribuir com a formação dos professores e com o progresso da região”.

O PDI informa, ainda, que será estimulada a “criação de cursos de pós-graduação interinstitucionais, de modo a utilizar maneira de mais eficiente as competências internas e favorecer as competências regionais e/ou nacionais”.

O item política de alunos egressos não pode ser avaliado em 2005, pois não há turmas formadas e nem cursos reconhecidos pelo MEC.

4.3 – A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere a sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

De acordo com a pesquisa, 62% dos professores afirmam estimular a visão crítica e a reflexão dos alunos sobre o conteúdo das disciplinas.

19% dos professores concordam que a Instituição mantém relações adequadas com a sociedade civil.

9% dos alunos afirmam que a Instituição tem realizado eventos extracurriculares que promovem ainda mais o desenvolvimento da formação profissional.

Já, 33% dos funcionários sentem-se bem pela forma como a Instituição contribui com a comunidade e 50% sentem orgulho em trabalhar na Instituição.

33% afirmam que a Instituição dá oportunidade de participar de atividades de ação social.

Assim, verificamos que a missão da instituição está sempre em consolidação, pois há caminhos a percorrer: é preciso remover barreiras e adicionar incentivos e mecanismos de suporte que venham a desenvolver as relações de cooperação com as partes interessadas, pois é sabido que a dinâmica empresarial é afetada pelo contexto em que opera.

*Nota: as porcentagens são baseadas em concordâncias plenas.

4.4 – A comunicação com a sociedade

Esta dimensão foi contemplada levando-se em conta as parcerias e convênios feitos com as seguintes instituições: Centro Integrado Empresa – Escola (CIEE); Rede Tropical de Hotéis; Ouro Branco Praia Hotel; PB –TUR; SEBRAE; Instituto Euvaldo Lodi (IEL); Núcleo Integrado Empresa - Escola (NIEE), DETRAN, bem como as informações constantes no Calendário Escolar e Informações Acadêmicas desta IES, FAP em Ação (atividade de interação com a comunidade local).

O próprio termo comunicação contém etimologicamente, o sentido de "colocar em comum", de compartilhar. A comunicação empresarial é uma ferramenta estratégica, suporte de administração para todas as atividades da empresa.

Não é mais possível, principalmente para as instituições de ensino, conceber e executar planos, propostas e programas isolados da comunicação institucional, mercadológica, interna e administrativa. Neste momento é necessário que a instituição fomente uma política que privilegie a integração dessas ações comunicacionais, pois, pensar, decidir e administrar a comunicação vai muito além de produzir belas peças institucionais, jornais, *home page*, entre outras coisas, já que um dos mais importantes valores da comunicação empresarial é o da credibilidade frente aos seus diferentes públicos.

4.5 – As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho.

A) Planos de carreira para docentes e de cargos e salários para o pessoal técnico-administrativo, com seus critérios de admissão e progressão.

A política de pessoal da IES é definida e implementada pela Mantenedora.

Constam do Plano de Desenvolvimento Institucional os critérios para contratação de pessoal técnico-administrativo e de integrantes do corpo docente. Para os primeiros, exige-se qualificação técnica e experiência anterior. Um período de três meses é reservado para a adaptação na função. Já para o corpo docente, em linhas gerais, exige-se titulação compatível, familiaridade com os conteúdos a serem lecionados (experiência docente e não docente) e comprometimento com as práticas pedagógicas defendidas pela Instituição.

O Regimento da Instituição define que a carreira de Professor do Ensino Superior seja constituída por três categorias funcionais, cada uma subdividida em cinco referências, quais sejam:

- Professor Titular, com os níveis I, II, III, IV e V;
- Professor Assistente, com os níveis I, II, III, IV e V; e
- Professor Auxiliar, também com os níveis I, II, III, IV e V.

Além das vantagens agregadas determinadas pelas Convenções Coletivas, todo ano ocorre o período de reenquadramento, por meio do qual o professor que comprove aumento em sua titulação tem o valor de sua hora-aula aumentado correspondentemente.

O PDI estabelece que “a Instituição tem a titulação como principal critério para progressão na carreira docente”, o que naturalmente conduz ao incentivo para que o docente continue seus estudos de pós-graduação. O mérito e a produção e publicação de obras técnico-científicas também podem ser considerados como elementos impulsionadores da carreira do docente na IES.

Contatamos que, na prática, as promoções de docentes que melhoram suas titulações ocorrem com frequência, verificando-se nestes casos a ascensão profissional correspondente.

Com relação aos funcionários do plano técnico-administrativo, seu plano de carreira consiste na possibilidade de ascender aos diferentes níveis atribuídos a cada função, fato que ocorre principalmente por mérito.

B) Programas de qualificação/capacitação profissional e de melhoria da qualidade de vida de docentes e funcionários técnico-administrativos.

De acordo com a lei, são oferecidas bolsas de estudo aos funcionários que desejarem ingressar nos cursos da Instituição. É franqueado aos integrantes do corpo técnico-administrativo o acesso a facilidades acadêmicas como bibliotecas e laboratórios de informática, segundo os regulamentos de cada departamento.

Ademais, os direitos trabalhistas dos funcionários, incluindo benefícios garantidos por lei (vale-transporte, 13º salário, FGTS etc.), são mantidos rigorosamente em dia, ensejando uma relação de confiança entre empresa e funcionário e constituindo-se em grande segurança para este último.

Ainda com relação a planos de qualificação profissional, vale ressaltar que membros dos corpos docente e técnico-administrativo podem ser selecionados para treinamentos específicos, tais como ocorrem por vezes quando da implementação de novas políticas e instrumentos pelo Ministério da Educação que dependam de conhecimentos especiais para sua operacionalização. Estes elementos passam a ser então responsáveis pela posterior socialização dos conhecimentos adquiridos junto aos setores onde serão utilizados.

Nestes casos, a Instituição pode custear para estes funcionários, além das horas correspondentes, alimentação, transporte e estadia, no caso de treinamentos realizados fora de seu limite territorial de atuação.

Este auxílio pode ocorrer também no caso de docentes participantes de congressos, seminários e outros eventos científicos ou acadêmicos, nos moldes do que determina o Regimento da Instituição.

C) Clima institucional, relações interpessoais, estrutura de poder, graus de satisfação pessoal e profissional.

Como cabe a uma Instituição de Ensino, são terminantemente proscritos quaisquer práticas discriminatórias com relação a gênero, religião, etnia, condição física, orientação sexual ou convicções políticas.

Todos os integrantes da IES – docentes, discentes e demais funcionários – estão submetidos às leis trabalhistas e aos regimes disciplinares definidos no Regimento da Instituição.

O ambiente de trabalho e de estudo, procura-se mantê-lo o mais próximo possível do que se considera ideal para o máximo rendimento das práticas pedagógicas da Instituição. Todos os funcionários que lidam com alunos e com o público em geral são orientados a pautarem-se pela cordialidade e presteza no atendimento como diferencial competitivo.

Com relação à satisfação, observou-se por meio de questionários que a grande maioria dos integrantes do corpo técnico-administrativo e de docentes sente-se satisfeita trabalhando na Instituição e consideram importantes as funções para as quais são designados.

4.6 – Organização e gestão da Instituição – especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados – sua independência e autonomia na relação com a mantenedora e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios.

A) Adequação da gestão ao cumprimento dos objetivos e projetos institucionais e coerência com a estrutura organizacional oficial e real.

A gestão da Instituição realiza-se por meio de uma estrutura pensada para garantir aos seus integrantes uma visão ampla e realista dos recursos passíveis de serem mobilizados no cumprimento da missão e objetivos da IES.

Sua Direção atua em estreito contato com os coordenadores de cursos e com os membros dos corpos docente e técnico-administrativo, em muitas situações envolvendo-se diretamente nos assuntos em pauta, de forma que decisões tomadas sejam verdadeiramente eficazes tanto na solução dos problemas quanto no aproveitamento das potencialidades.

Os discentes, por meio de sua representação no Conselho Acadêmico, também podem expressar suas opiniões e pôr em pauta os assuntos que julgarem mais relevantes para sua experiência acadêmica.

B) Funcionamento, composição e atribuição dos órgãos colegiados.

O funcionamento, composição e atribuição dos órgãos colegiados são descritos em detalhes no Regimento da Instituição. Segundo este documento, são órgãos de administração da IES o Conselho Acadêmico e a Diretoria.

O Conselho Acadêmico é presidido pelo Diretor da IES, e composto também por um representante da Mantenedora, pelos coordenadores de curso, por um representante do corpo docente e um representante do corpo discente. É esse o órgão máximo de natureza normativa, consultiva e deliberativa, em matérias didático-científicas e administrativas. Suas atribuições estão dispostas no art. 7º do Regimento.

A Diretoria, exercida por um Diretor designado pela Mantenedora, é o órgão executivo superior de coordenação e fiscalização das atividades da IES. Suas atribuições constam do art. 10 do Regimento e, na ausência do Diretor, são levadas a cabo por um profissional legalmente habilitado para tais funções, também designado pela Mantenedora.

Vale ressaltar que a gestão e a coordenação didático-pedagógica da IES, por definição exercidas por um Coordenador Pedagógico, podem, caso a Mantenedora julgue necessário, ser desempenhadas cumulativamente pelo Diretor.

C) Uso da gestão e tomadas de decisão institucionais em relação às finalidades educativas.

A maior experiência didático-pedagógica da Direção traduz-se em orientações aos coordenadores que devem ser seguidas fielmente, para que se aproximem as práticas da Instituição tanto quanto possível dos altos ideais propostos em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

Exige-se dos coordenadores total comprometimento com o Projeto Pedagógico defendido pela Instituição em seus diferentes cursos. Naturalmente, sugestões são muito bem-vindas, assim como diferentes pontos de vista que possam acrescentar elementos inovadores e/ou mais próximos da realidade regional, para a melhoria da qual a Instituição pretende sempre contribuir.

D) Uso da gestão estratégica para antecipar problemas e soluções.

Questões estratégicas são amplamente discutidas antes que se formulem sobre elas diretrizes. Para tanto, reúne-se o Conselho Acadêmico bimestralmente ou sempre que há

necessidade, sendo postos em votação os assuntos que mais profundamente afetam a vida da Instituição.

São assim periodicamente analisadas a relação entre os cursos oferecidos e a realidade da região, tanto no momento quanto em projeções futuras, a satisfação dos alunos, a situação dos egressos de cada carreira no mercado de trabalho, e as tendências que vão surgindo conforme altera-se a configuração do quadro social em virtude de evoluções políticas, econômicas ou tecnológicas relevantes para os cursos que a IES oferece ou pretende oferecer.

Detectada a necessidade, são alterados: número de vagas ou tipos de carreiras oferecidas, grades curriculares, ementas e bibliografias, ou mesmo membros dos corpos docente ou técnico-administrativo, que darão espaço àqueles que mais se coadunem com os objetivos propostos.

E) Modos de participação dos atores na gestão (consensual, normativa, burocrática).

Todos os elementos da Instituição, respeitados os seus níveis de atuação e a natureza de seus vínculos com a IES, são chamados em vários momentos a participar da definição dos rumos a serem seguidos para que se atinjam os objetivos e se cumpra a missão proposta no Plano de Desenvolvimento Institucional.

Naturalmente, têm precedência as proposições da Mantenedora, da Direção e dos Coordenadores, não apenas por sua maior experiência na educação superior, mas também pela maior solidez de seus vínculos com a IES. Tal fato não significa, contudo, que as aspirações, queixas e sugestões de alunos e dos demais docentes não sejam levadas em consideração – elas são devidamente mensuradas e discutidas, e, quando identificadas como estratégicas para o funcionamento da Instituição, levadas ao Conselho Acadêmico. Quando não, podem ser resolvidas em diferentes instâncias, como a Secretaria (no caso de questões administrativas envolvendo alunos) ou Coordenação (no caso de questões acadêmicas envolvendo alunos e/ou professores).

Cumpra lembrar que cada integrante da comunidade acadêmica tem seus direitos e deveres minuciosamente expressos no Regimento da Instituição, que se encontra permanentemente à disposição de todos para consulta.

F) Investimento na comunicação e circulação da informação (privativa da gestão central ou fluida em todos os níveis).

A Instituição informa aos seus integrantes os fatos e decisões mais relevantes à vida acadêmica por meio de quadros de avisos localizados em pontos estratégicos, de ampla visualização para docentes, alunos e funcionários, como, por exemplo, Secretaria, Sala de Professores, Coordenação e Departamento Pessoal.

Comunicações podem ser enviadas por e-mail ou correio tradicional sempre que houver necessidade, assim como podem ser transmitidos em sala de aula, por professores ou funcionários da Secretaria, avisos de importância para os alunos.

A página eletrônica da Instituição na internet mantém-se sempre atualizada, sendo outra alternativa para manter a comunidade acadêmica a par de eventos e outras informações importantes.

Assuntos de ordem estratégica ficam restritos aos integrantes do Conselho Acadêmico, que são deles comunicados durante as reuniões bimestrais ou extraordinárias.

4.7 – Infra-estrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e de comunicação.

Infra - estrutura física e acadêmica – para apoio às atividades didáticas a instituição possui os seguintes ambientes e equipamentos:

- Variável:
- Corpo discente – questões: 2,3,4,5
 - Corpo docente – questões: 1,2,3,14
 - Corpo técnico-administrativo: questões: 3,7,20

Com relação à adequação da infra-estrutura (vide quadro abaixo), da Faculdade, ela está distribuída da seguinte forma: 1 sala de diretoria, 5 salas para os coordenadores (de cursos), 12 salas de aulas, 1 sala para os professores c/ WC, 1 laboratório de informática, 1 biblioteca (incluindo 3 salas de leitura), 1 secretaria, 1 tesouraria, 1 sala de Departamento de Pessoal, 1 cozinha, 8 instalações sanitárias, 1 cantina e 1 almoxarifado.

Como recursos didático-pedagógicos, estão disponíveis na Instituição os seguintes equipamentos: 04 retro-projetores, 02 aparelhos de televisão, 02 aparelhos de vídeo-cassete, 02 caixas amplificadas e 01 microfone, 01 datashow e 01 aparelho de DVD.

Os computadores instalados nos laboratórios de informática e na biblioteca têm acesso à internet, e estão disponíveis tanto para os alunos quanto para as disciplinas específicas.

A biblioteca está conectada ao Sistema Coruja, e todos os livros e periódicos encontram-se catalogados. Contamos hoje com 1820 (um mil oitocentos e vinte) livros e 15 assinaturas de periódicos, que estão disponíveis para utilização dos alunos, professores e coordenadores.

Nesta dimensão, podemos observar que a IES está sempre a fazer investimento nas condições físicas da sua estrutura, de modo a que venha atender a demanda que aumenta a cada semestre, com a oferta de vagas através do vestibular.

EQUIPAMENTO	QUANTIDADE
DATA SHOW	04
MICROFONE S/FIO	01
VÍDEO	02
RETROPROJETOR	04
CÂMERA FOTOGRÁFICA DE 3 MEGA PIXEL'S	01
TELA RETRÁTIL	01
DVD	01
TV DE 29"	02

AMBIENTE	QUANTIDADE
SALAS DE AULA	12
LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA	01
SALAS DE LEITURA	03
SALA DE VÍDEO	01
TESOURARIA	01
SECRETARIA	01
DEPARTAMENTO PESSOAL	01
RECEPÇÃO	01
BIBLIOTECA	01
ALMOXARIFADO	01
DIRETORIA C/SANITÁRIO	01
SALA DE PROFESSORES C/SANITÁRIO	01
SALAS DE COORDENAÇÕES	05
SANITÁRIOS (FEM/MASC)	08
CANTINA	01
TOTAL	39

Em linhas gerais, tanto corpo docente, quanto discente e técnico-administrativos mostram-se satisfeitos em relação à infra-estrutura do Instituto.

Reiteramos, que a pesquisa denota índices de satisfação dos agentes envolvidos, mas tendo em vista o próprio crescimento de demanda, enseja sempre o contínuo aprimoramento da responsabilidade social da IES.

4.8 – Planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional.

A) A Instituição e sua relação com o Projeto Pedagógico Institucional e com os projetos pedagógicos dos cursos.

Ao instalar-se no Estado da Paraíba, a Instituição assumiu o compromisso, expresso em seu Plano de Desenvolvimento Institucional, de “buscar permanentemente a qualidade nos programas que oferece à região”. Para tanto, desenvolveu um projeto pedagógico em sintonia com as demandas e potencialidades detectadas na cidade de João Pessoa e em toda a sua área

de influência, escolhendo assim os cursos que julgou mais relevantes à formação de quadros profissionais cuja chegada ao mercado de trabalho se convertesse em forte impulso ao desenvolvimento socioeconômico regional.

Seu atual leque de cursos afina-se com o Projeto Pedagógico Institucional na medida em que todos os projetos pedagógicos seguem, em sua concepção, as diretrizes dispostas no PDI, quais sejam:

- formação de sujeitos e profissionais orientada para a autonomia e para as diferentes inserções possíveis do egresso no mercado de trabalho;
- criação de diferenciais fortes para cada curso por meio da relação imediata com indicadores da necessidade social no que concerne às características sociais, econômicas, geográficas e históricas da região;
- concepção didático-pedagógica adequada ao momento histórico e socioeconômico dos Países e aprovada pelos colegiados superiores da Instituição;
- existência e adequação dos recursos físicos e materiais e das instalações especiais; e
- existência, no quadro funcional, de docentes com perfil orientado para múltiplas competências.

Na prática, para que se mantenha a relevância dos projetos pedagógicos aplicados, as grades curriculares, ementas e bibliografias são constantemente revisadas, sendo efetuadas mudanças sempre que detectadas discrepâncias entre os objetivos propostos, as práticas pedagógicas em uso e as características e perspectivas socioeconômicas regionais. Naturalmente, esta flexibilidade é prevista no Plano Pedagógico Institucional e, como mencionado anteriormente, implementada pelo Conselho Acadêmico por meio de discussões e voto de seus integrantes, conforme preconiza o Regimento da Instituição.

Quando da renovação do PDI junto ao MEC, serão considerados pelos órgãos colegiados todos os resultados obtidos com a atual estrutura de cursos e programas, para que se chegue a um novo Projeto Pedagógico Institucional ainda mais funcional e efetivo. Neste processo serão de fundamental importância a auto-avaliação ora sendo conduzida e a avaliação externa subsequente.

B) Procedimentos de avaliação e acompanhamento do planejamento institucional, especialmente das atividades educativas.

A avaliação e acompanhamento do planejamento institucional foram definidas no Plano de Desenvolvimento Institucional antes mesmo da proposição, por parte do Ministério da Educação, da formação de Comissões Próprias de Avaliação.

Os diferentes grupos que compõem a comunidade acadêmica são chamados a participar permanentemente deste processo com seus diferentes pontos de vista e atribuições.

O corpo discente, por exemplo, segundo informa o PDI, além de ter direito à representação no Conselho Acadêmico, pode indicar, para cada classe, dois estudantes para representá-los junto à Coordenação e em todo e qualquer assunto que vise ao interesse do grupo e/ou à melhoria dos cursos.

Adicionalmente, são aplicados aos alunos, no início e no decorrer do período letivo, dois questionários que visam a identificar potencialidades e deficiências e disponibilizam ao corpo discente uma via eficaz de expressão de suas opiniões e dos valores que atribui à Instituição.

Com relação à avaliação da aprendizagem (atividades educativas), seus princípios e metodologia encontram-se detalhados no Regimento da Instituição e, tal como lá estão dispostos, são cumpridos.

Os setores envolvidos nesta avaliação (corpo docente e Secretaria, principalmente), juntam seus esforços na produção e manutenção de informações completas e atualizadas do desempenho de cada aluno, de forma que possam ser utilizadas para a composição de estudos e projeções de interesse da Instituição.

Quanto à avaliação institucional interna e externa, seus pressupostos e procedimentos constam do PDI, sendo complementados, como se viu no item 2 deste relatório, por aqueles relativos à implementação da Proposta de Avaliação Institucional sugerida pelo MEC.

Por sinal, importantes aspectos da avaliação segundo concebidos inicialmente pela Instituição estão passando por reformulação, visto terem sido absorvidos pela Proposta de Avaliação Institucional sugerida pelo MEC. Estão sendo discutidas formas de tornar permanente e autônomo o processo de auto-avaliação.

O desempenho dos alunos nas avaliações oficiais (Provão, ENADE etc.) é também mantido à mão para uso quando da auto-avaliação institucional.

4.9 – Políticas de atendimento ao estudante.

Na estrutura da IES os principais órgãos de atendimento aos alunos são a Secretaria e a Tesouraria.

Ao ingressar na IES, o candidato participa de um processo seletivo, realizado por meio de um exame constituído por uma redação em Língua Portuguesa e questões de múltipla escolha abrangendo o programa estabelecido. No ato da inscrição o candidato conta com o **Manual do Candidato**, contendo todas as informações do processo: procedimentos para a inscrição, datas e horários dos exames, assim como publicação dos resultados e períodos de matrículas. Outra forma de ingresso na IES é o processo de transferência de outras IES para o **IPEC**. Os interessados devem apresentar sua documentação acadêmica na Secretaria, e fará uma análise documental e apresentará ao candidato um parecer sobre as condições ou não de ingresso na IES. Também podem solicitar vagas os portadores de diploma de curso superior, que também trarão sua documentação para análise e parecer.

No início de cada semestre letivo, os estudantes recebem o **Manual do Aluno** que contém as principais informações acadêmicas gerais sobre todos os setores do campus: serviços prestados pela Secretaria e Tesouraria, normas administrativas; a utilização e acessos à Biblioteca e Laboratórios; Coordenação do Curso; acessos a programas de monitoria e estágios.

Além das normas acadêmico-administrativas, constam no manual informações sobre o semestre letivo a efetivação, renovação, trancamento, cancelamento e reabertura de matrícula, as transferências e adaptações, a inscrição em disciplinas optativas, a frequência e limite de faltas, o abono e a compensação de faltas, os requerimentos e recursos, os direitos e deveres do aluno, assim como os critérios de avaliação e promoção, dentre outras, e o calendário acadêmico.

Os cursos são atendidos pelas coordenações que ficam à disposição dos estudantes e professores para atendimento em relação às questões operacionais do curso e questões acadêmico-pedagógicas. São realizadas reuniões bimestrais entre a coordenação do curso, professores e representantes de classe, sendo registrados em ata os assuntos apresentados pela pauta, a qual é encaminhada à Direção da IES para conhecimentos e providências.

4.10 – Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

A política financeira da Instituição é definida e implementada pela Mantenedora.

As mensalidades, principal fonte de recursos da IES, têm seus valores definidos segundo a realidade local, sempre levada em consideração a responsabilidade social da Instituição, que tem entre seus princípios a ampliação da oferta de educação superior aos jovens da região.

No plano institucional, observa-se que os resultados dessa política são satisfatórios, tendo em vista o bom nível de investimentos existentes em infra-estrutura e na montagem de um corpo docente e técnico-administrativo condizente com as necessidades da Instituição.

A atual situação financeira da Instituição não representa risco para a consecução dos objetivos e da missão aos quais ela se orienta. Naturalmente, há espaço para ajustes e melhorias, mas estes encontram-se condicionados a alterações do cenário socioeconômico local e serão implementados conforme apresentarem-se os meios para tanto.

4.11 – Descrição de como os resultados obtidos são incorporados no planejamento da gestão acadêmico-administrativa

Como continuidade do processo de avaliação interna, a divulgação dos resultados alcançados irá propiciar sua discussão em diferentes dimensões da comunidade acadêmica. Neste processo serão utilizados diversos meios, tais como: reuniões, documentos informativos (impressos e eletrônicos) e seminários, entre outros.

A divulgação proporcionará também oportunidades para que as ações concretas oriundas dos resultados do processo avaliativo sejam tornadas públicas à comunidade interna.

Com os resultados da auto-avaliação tem sido possível traçar um panorama da qualidade dos cursos, programas e projetos, bem como analisar se a missão da Instituição está de fato se realizando, fundamentando assim decisões que levem ao seu integral aperfeiçoamento.

Partimos do pressuposto de que a avaliação é uma leitura orientada da realidade, segundo critérios pré-estabelecidos de acordo com nossos padrões de qualidade. Dessa forma, acreditamos que a finalidade última da avaliação não seja classificar, nem tampouco selecionar e excluir, mas sim propor, pela análise de seus resultados, caminhos, metas e estratégias que venham ao encontro de nossas intenções educativas e responsabilidades sociais.

Conforme afirmamos no início deste relatório, nossa proposição de auto-avaliação se justifica e se transforma em uma necessidade por ser um direito da população, distinguindo-se, assim, da proposição de um Estado avaliador. Desta forma, não interessando apenas ao Estado, mas muito mais à população, deve constituir-se em compromisso da Instituição e dos intelectuais que a compõem. Faz-se mister ultrapassar a crítica e construir uma avaliação concernente com os ideais de uma sociedade justa e democrática.

A auto-avaliação institucional, realizada de forma permanente e com resultados a serem apresentados a cada três anos, atribui valores a todos os aspectos que giram em torno de eixos como: formação acadêmica, responsabilidade social, desempenho dos alunos, gestão da instituição, corpo docente, instalações e várias outras categorias e conjunto de indicadores.

As informações obtidas com esta modalidade avaliativa serão utilizadas pela IES para orientação da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e para orientar suas políticas acadêmicas e de gestão, desvelando assim a realidade dos cursos e da própria IES.

4.12 – Justificativa

Este relatório compreende as etapas de preparação e de desenvolvimento da Proposta de Avaliação Institucional Interna (auto-avaliação) realizadas pela CPA desta IES, abrangendo um período temporal de março de 2005 a dezembro de 2008, conforme cronograma apresentado anteriormente. Este é o fato que leva à descrição parcial das ações planejadas.

5. AVALIAÇÃO DA AUTO-AVALIAÇÃO: PONTOS FORTES E PONTOS QUE PODEM SER APRIMORADOS

Os principais objetivos da auto avaliação são produzir conhecimentos, pôr em questão os sentidos do conjunto das atividades e das finalidades cumpridas pela Instituição, identificar causas dos seus problemas e deficiências, aumentar a consciência pedagógica e capacidade profissional do corpo docente e técnico administrativo, fortalecer as relações de cooperação entre os diversos atores institucionais, tornar mais efetiva a vinculação da instituição com a comunidade, julgar acerca da relevância científica e social de suas atividades e produtos, além de prestar contas à sociedade.

Neste momento da avaliação, relacionou-se as dimensões com a missão do IPEC fazendo destaque para os pontos fortes, assim como para os pontos que podem ser aprimorados e potencializados.

Com relação à política de extensão da IES, constatou-se a inexistência de um órgão institucional responsável pela coordenação das atividades e da política de extensão, no entanto, observa-se uma preocupação da instituição em desenvolver atividades de extensão que atendam à comunidade regional em termos sociais, culturais, da saúde etc.

Quanto à Responsabilidade Social da instituição verifica-se a necessidade de aumentar ações que possam interagir mais com a sociedade.

Os resultados das avaliações referentes à comunicação com a sociedade mostram que sua comunicação é favorável, no entanto pode ser aprimorada. Devem-se utilizar os mesmos meios de comunicação, usados na divulgação do vestibular, tais como outdoor, propagandas em rádio e tv etc, para mostrar a qualidade de seus cursos, eventos realizados na própria instituição e serviços prestados.

As avaliações referentes à infra-estrutura foram negativas. Esta dimensão demonstra que não está indo de encontro com a missão da instituição.

A política de atendimento ao estudante mostra alguns pontos fortes e outros fracos. A instituição encontra-se alinhada com a missão da instituição na representatividade dos coordenadores de cursos bem como de seu corpo docente. No que tange ao atendimento nos setores, tesouraria e secretaria, o IPEC está numa fase de desenvolvimento e aprimoramento.

Diante do exposto, a necessidade de identificar as fragilidades e potencialidades da própria instituição é de suma importância para se traçar novos rumos com visão no seu aperfeiçoamento como um todo.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de estarmos desenvolvendo a etapa de consolidação da Proposta de Avaliação Institucional, já tivemos a oportunidade de divulgar tanto ações relacionadas ao processo de construção coletiva da auto-avaliação quanto resultados parciais alcançados.

Dentre eles, destacamos a divulgação:

- das bases teóricas e metodológicas do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), de sua concepção à operacionalização;
- da construção do processo coletivo de trabalho, visando ao desenvolvimento da avaliação institucional; e
- da Proposta de Avaliação Institucional Interna da IES, formulada com base nos princípios que fundamentam o SINAES.

Merece destaque também a divulgações dos resultados parciais já alcançados, quais sejam:

- constituição e instalação da CPA;
- elaboração e aprovação da Proposta de Avaliação Institucional;
- aprovação da metodologia e das técnicas e instrumentos de coleta de dados;
- sensibilização do corpo social para auto-avaliação;
- implementação da proposta; e

- elaboração do 1º relatório.

A divulgação para o corpo social será realizada pelo setor de Comunicação Social e Marketing da IES, com a participação efetiva da CPA, por meio de cartazes, *folders*, reuniões, documentos informativos (impressos e eletrônicos), seminários e outros.

Quanto aos resultados concretos, já constatamos:

- a adesão da missão e dos objetivos institucionais à dinâmica da realidade em que se insere a IES; e
- a coerência e factibilidade explicitadas no PPI e no PDI.

As dificuldades encontradas no início desta atividade derivam da ainda incipiente cultura de auto-avaliação que se verifica na educação superior brasileira e do período de conhecimento e adaptação à concepção e metodologia do SINAES. Estas dificuldades estão sendo superadas com a articulação do saber e do fazer em avaliação por meio de estudos e trocas de experiências e pela participação dos membros da CPA em eventos que tratam desta temática.

Com relação às facilidades, podemos destacar a institucionalização da Proposta de Avaliação Institucional, o compromisso dos membros da CPA, a ampliação do envolvimento de segmentos do corpo social no processo e a implantação da cultura da avaliação nas diversas dimensões institucionais.

Outrossim, comunicamos que o resultado da Avaliação Institucional (apresentado na forma de gráficos e tabelas) encontra-se à disposição para a Comissão de Avaliação Externa na própria Instituição e não foi enviado para que não houvesse um acúmulo de informações.

João Pessoa, 19 de dezembro de 2008